



XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT- 9 – Museu, Patrimônio e Informação

**MUSEUS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS E PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA: RELAÇÕES E RESULTADOS INICIAIS DE UM MAPEAMENTO E RELAÇÃO**

***BRAZILIAN UNIVERSITY MUSEUMS AND CULTURAL HERITAGE OF SCIENCE AND
TECHNOLOGY: THEIR RELATION AND FIRST RESULTS OF A SURVEY***

Victor Emmanuel Teixeira Mendes Abalada
Marcus Granato

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: São apresentados resultados iniciais de pesquisa sobre museus universitários e patrimônio cultural de Ciência e Tecnologia, em especial um levantamento em andamento via internet dos museus universitários no Brasil, que ainda necessita mapear os espaços da região Sul. Entende-se como museu universitário todo espaço que se autoneomeia museu e está inserido em uma universidade. A pesquisa traduziu-se por qualitativa e quantitativa, tendo como fonte de dados a pesquisa na internet e as fichas de registro do projeto "Valorização do Patrimônio Científico". Retornou-se aos dados do levantamento realizado pelo "Valorização" por se tratar do primeiro dedicado a este tipo de patrimônio de caráter nacional no Brasil e por seguir de perto sua metodologia: utiliza-se o mesmo corte de áreas do conhecimento, mas amplia-se o temporal para acervos que contenham objetos fabricados até a década de 1980. Os resultados iniciais apontam a necessidade de entender o museu universitário como um museu em sua forma mais completa dentro da concepção vigente na lei. Tais locais, por evidenciarem o tripé ensino-pesquisa-extensão de forma significativa, são essenciais para a manutenção do próprio tripé pela capacidade que têm na preservação de uma memória do conhecimento científico, e pela ativa contribuição para a construção do mesmo.

Palavras-Chave: Museologia; Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia; Museus Universitários.

Abstract: Initial results of a research on university museums and cultural heritage of Science and Technology are here presented, in particular a general internet survey of university museums in Brazil not yet completed, with spaces in the southern region to be sought for. It is understood as university museum any space in a university that calls itself museum. The research at this stage was qualitative and quantitative, having as data source internet-based research and the registration sheets of the project "Valorization of Scientific Heritage". The return to "Valorization"'s survey was due to it being the first dedicated to this type of heritage in Brazil and because its methodology is closely followed, with the same cut of knowledge areas being adopted, although the time frame for up to when objects of interest were manufactured is expanded to the 1980s. The initial results point towards the need to understand the university museum as a museum in its most complete form within the conception prevailing in the law. Such sites, as they evidentiate the teaching-research-extension tripod, are essential for the tripod's maintenance, not only for their capacity for preserving a memory of scientific knowledge, but for their contribution to its construction.

Keywords: Museology; Science and Technology Heritage; University Museums.

1 INTRODUÇÃO

Por que simplesmente guardar algo? Qual a razão de um museu poder ser considerado subestimado ao se apresentar como mero espaço de entretenimento? Se há pesquisa em um museu, ela pode ou mesmo deve limitar-se ao seu próprio acervo ou em disponibilizá-lo para pesquisas de terceiros? O presente artigo, curiosamente, não pretende responder a nenhuma destas questões, questionando-se, por sua vez, como é possível observar a realidade dos museus universitários no Brasil e como o patrimônio cultural de ciência e tecnologia (PCC&T) se insere nestes espaços, quando, apesar dos esforços de diversas pesquisas acadêmicas, ambos permanecem invisibilizados em diferentes níveis. No entanto, tais questões certamente serão tangenciadas ao longo de seu desenvolvimento. Por que as evidenciar - e, ainda por cima, tão cedo -, então? Porque fazê-lo, ao escolher-se um levantamento desses espaços como meio de responder, mesmo que parcialmente, à questão específica, é frisar pontos fundamentais inerentes a qualquer discussão na qual se vise observar e contribuir para a transformação da realidade na qual se inserem os museus.

Ou seja, mesmo para tentar delimitar um panorama contemporâneo dos museus universitários no Brasil, com ênfase naqueles que abrigam PCC&T, encontra-se inerente a necessidade de se refletir e definir o que, de fato, é a instituição e o conceito museu, suas práticas, atribuições e funções, por mais polissêmico que seja: o que se pode encontrar nesta categoria e o que, em condições ideais, ela deveria conter e ser. Decidir partir destas questões, ainda que secundárias, é evidenciar que, para além dos números expostos, por trás de um mapeamento destes locais e suas condições, está presente o desejo de que esses dados possam auxiliar no maior ordenamento e visibilidade desses espaços e do PCC&T, contribuindo, inclusive, para que se atue na sua preservação de forma mais adequada.

A pesquisa se encontra em estágio inicial, de modo que o levantamento geral via internet dos museus universitários no Brasil ainda não está concluído, restando os espaços da região Sul a ser buscados e contabilizados. Ainda assim, os dados obtidos até o momento, excluindo a região, já são capazes de revelar peculiaridades, dinâmicas e necessidades dos museus universitários, especialmente quando contrapostos com os números registrados no sistema de localização mundial de museus e coleções universitárias na página institucional do

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

comitê UMAC¹, bem como àqueles espaços que, inserindo-se em seu recorte, foram registrados pelo projeto *Valorização do Patrimônio Científico*², em seu levantamento de objetos de ciência e tecnologia (C&T) abrigados em instituições pelo território nacional.

2 MUSEU, MUSEU UNIVERSITÁRIO E PCCT: PRECISANDO CONCEITOS E RECORTES

A definição do Conselho Internacional de Museus (ICOM), cunhada na sua 21ª Conferência Geral, em 2007, em Viena, já precisava que:

Um museu é uma organização sem fins lucrativos, instituição permanente, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu ambiente para fins de educação, pesquisa e diversão (ICOM/BR, 2009, p.28).

Infere-se, conseqüentemente, que o museu, a partir desta formulação, volta-se para a salvaguarda e preservação dos marcos da experiência humana, da memória construída pelo homem, de modo a torná-la acessível e inteligível às sociedades atuais, auxiliando a perpetuação e desenvolvimento de seu conhecimento. O museu está associado à ideia de uma herança transmitida, “coisificada” e representada nos e pelos objetos que abriga, cuja durabilidade ultrapassa o tempo de vida de seus produtores e consumidores originais, que construíram e atribuíram, em suas relações sociais, seus sentidos (MENESES, 1998). E é assim, na tentativa de tornar inteligível o objeto, na intencionalidade da construção de sentidos e mensagens que atua o museu. O museu caracteriza-se, então, por uma intencionalidade, seja no ato de sua ideação, seja na escolha do quê decide guardar e expor, com o poder de, através dessas escolhas, (des)construir e (des)naturalizar o mundo que apresenta (MENESES, 2006).

Igualmente importante é notar como a definição do ICOM, instância-máxima relativa aos museus, demarca a importância da pesquisa no cotidiano do museu dentre as atribuições do mesmo. Tal ação evidencia a ideia de museu como espaço que visa preservar e comunicar uma mensagem, levantar questionamentos: sem a pesquisa, mesmo as funções mais básicas de coleta, registro e preservação seriam, no mínimo, incompletas, o que significa que, conseqüentemente, não haveria o que transmitir ao público. Como coloca Vinos Sofka:

Na melhor das hipóteses, o museu seria uma coleção de objetos - talvez registrados, conservados e restaurados - mas não mais do que isso. Uma fonte ou reserva de conhecimento, mas sem utilização. Isto é algo que não

¹ Disponível em: < <http://university-museums-and-collections.net/search?country%5B%5D=28>>. Acesso: 08 jul. 2019.

² A ser melhor apresentado no item 3.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

desejamos hoje, algo que de forma alguma corresponde à idéia moderna de museu. Desejamos saber que objetos coletamos e porquê. Desejamos saber em que medida nossos objetos relacionam-se entre si e, mais que tudo, com o mundo à nossa volta - natureza e humanidade (SOFKA, 2009, p.81).

Afirma-se a pesquisa como importante não apenas pelo que pode dizer acerca do próprio acervo no museu, mas pelo quanto pode contextualizá-lo e significá-lo: para entendê-lo e conserva-lo, faz-se necessário ir para além dele mesmo. Faz-se mister compreender o mundo que produziu o museu e seu objetos para entender a eles mesmos, as relações que estabelecem entre si e as relações que os indivíduos e a sociedade estabelecem com eles.

A legislação brasileira acompanha de perto tal demarcação das propriedades e atribuições dos museus, de modo que, no primeiro artigo da Lei 11.904/2009, Estatuto dos Museus, já se caracteriza que:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009).

Neste quadro, interessante notar que, pelo próprio fato de possuir uma legislação específica que regulamenta os museus, o Brasil se caracteriza como representante de uma categoria seleta no quadro mundial, no qual a maioria dos países não possui uma legislação específica que regulamente seus museus. Esse lugar de exceção é ressaltado pelo fato do Brasil, dentro de um grupo já restrito, ser também o único que menciona o PCC&T dentro da seção de cultura de sua Constituição. Pedro Louvain resalta como foi possível constatar um avanço significativo no panorama museológico brasileiro no início dos anos 2000, porém, com a maior precisão nos instrumentos legais acerca deste patrimônio ainda inexistente, inclusive com uma clara descontinuidade nos estados, com uma proteção que não é plenamente congruente com a legislação (LOUVAIN, 2015). De tal modo, em que pese a existência de intenções preservacionistas e reguladoras juridicamente estipuladas e instituídas, observa-se descompassos entre a lei e sua aplicação, entre teoria e prática.

Nesses descompassos, por exemplo, observa-se que nem todos os espaços que se denominam museus em território nacional efetivamente cumprem com as finalidades determinadas em lei: pode-se, inclusive, questionar se, em todas as instituições cadastradas como museu pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM³, o número de museus que, de fato,

³ Disponível em: < <http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/> >. Acesso: 03 mai. 2019.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

se adequam fielmente a estes parâmetros não é, na verdade, pouco expressivo. Ainda que todas as instituições que assim se denominam, tenham, em potencial, a possibilidade de adaptarem-se à ideia institucionalizada juridicamente do que consiste e compõe o museu.

Em poucos espaços essa dimensão de afastamento generalizado do que estipula a legislação e proximidade das possibilidades e importância científica contida nesses espaços é mais clara do que nos museus universitários. Isto se deve a uma intrincada relação estabelecida entre universidade e patrimônio, na qual, se as universidades podem ser vistas como as instituições que há mais tempo geram patrimônio de forma contínua, resultado de sua missão de ensino e pesquisa, a preservação do mesmo nem sempre é uma questão para tais locais. No entanto, tudo o que se produz na universidade está inserido dentro de uma lógica de ensino e pesquisa que compõe a produção de conhecimento.

Desde os anos 1980, o patrimônio cultural universitário vem gerando debates e mesmo empreitadas acadêmicas para seu levantamento e conscientização, pois, com a falta de ações das próprias universidades, o risco desses objetos se perderem é elevado. Neste sentido que, começando pela Europa, os museus e as coleções universitárias têm sido pensados como soluções para a questão da preservação deste patrimônio.

No entanto, o que seria, de fato, um museu universitário? A princípio, não apenas por uma questão de coerência com as demandas e consolidações do setor dos museus, mas mesmo de coerência conceitual, não pode haver uma diferença de definição entre museu e museu universitário para além do fato de ser um museu dependente e inserido na estrutura de uma universidade. Entretanto, muitos dos espaços que assim se denominam fogem aos requisitos mínimos das definições presentes no ICOM e nas legislações, com dinâmicas e especificidades que só podem ser observados através de um olhar etnográfico. É nesse sentido que Adriana Mortara Almeida entende museu universitário como “todo museu e/ou coleção que esteja sob responsabilidade total ou parcial de uma instituição de ensino superior e/ou universidade, incluindo a salvaguarda do acervo, os recursos humanos e espaço físico para mantê-lo” (ALMEIDA, 2002, p.205).

Não obstante, deve-se ressaltar que, no escopo deste trabalho, entende-se que as coleções (que podem apresentar graus de organização diversos e podem ou não ser visitáveis) só podem ser estudadas dentro do quadro dos museus universitários se, apesar de não apresentarem a estrutura e os requisitos básicos para assim se considerarem, autodenominarem-se museus, sobrepondo-se sempre o respeito à questão indenitária à

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

aderência irrestrita a um conceito fechado de museu. No entanto, conseqüentemente, respeitar as denominações escolhidas pelos espaços estudados exclui do quadro de análise de museus universitários todo espaço ou coleção existente que assim não se declara e/ou não se enquadra nas definições oficiais de museu, de modo que, na pesquisa, respeita-se e endossa-se a intitulação pessoal no sentido de também poder observar-lhes o nível de proximidade e/ou distanciamento do conceito de museu, identificando suas carências e necessidades.

Da mesma maneira, o estudo entende como museu universitário apenas aquele inserido na universidade, assim restringindo-se não apenas por uma mera questão semântica, mas porque a legislação brasileira (BRASIL, 2006) diferencia as instituições de ensino superior enquanto faculdade, centro universitário e universidade de acordo com padrões de complexidade e qualidade, nos quais, de forma importante, apenas a universidade tem a obrigação de atuar sobre o tripé indissociável ensino-pesquisa-extensão. Ou seja, apenas a universidade teria a obrigação de realizar pesquisas e abrir-se ao público em geral, logo, seria o único tipo de instituição de ensino superior que, compulsoriamente, produziria objetos que podem ser encarados como patrimônio, e a única que teria a necessidade de comunicar o processo realizado para além da comunidade acadêmica, acolhendo e atendendo à sociedade em geral através de, dentre outras atividades, espaços como museus.

Indo além da demarcação epistemológica, Marta Lourenço (2005) ressalta que:

museus e coleções universitárias não podem ser compreendidos sem que se entenda a instituição universidade pela simples razão de que são planejados, construídos, dirigidos, organizados, expandidos, negligenciados e desmantelados por professores, pesquisadores, estudantes, bibliotecários e alunos. [...] É possível e salutar medi-los a partir do setor de museus, porém, somente a partir do momento em que a natureza e o significado das coleções universitárias são mais claramente compreendidos⁴ (LOURENÇO, 2005, p.19).

Assim, por mais que uma diferenciação conceitual não seja desejada, a comparação dos museus universitários com os museus em geral não se dá em pé de igualdade, pois a lógica que os forma e rege é diversa. Independentemente do tipo de acervo que engloba (que pode ser dos mais variados), um museu universitário estará inserido e expressará sempre uma cultura universitária, afirmando e legitimando seus valores (RIBEIRO, 2013, p.91).

Muitos desses espaços são pequenos, departamentais, oriundos de um tempo em que a pesquisa, em determinadas áreas, estava necessariamente ligada a suas coleções, tendo, em

⁴ No original: “University museums and collections cannot be understood without understanding universities for the simple reason that they are planned, built, directed, organised, expanded, neglected and dismantled by professors, researchers, students, librarians, and alumni. [...] One can and should benchmark against the museum sector, but only once the nature and significance of university collections is more clearly understood”.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

certos casos, perdido sua importância ao longo do século XX, com as mudanças na prática científica e valorização da inovação tecnológica (MOTA, 2012, p.39). Outros tantos são frutos de uma questão “afetiva” de determinados pesquisadores, preocupados com a preservação de determinado acervo (RIBEIRO, 2013, p.96). Em todos os casos, percebe-se o museu como completamente inserido na vida universitária, podendo instituir-se como “face visível” do trabalho ali desenvolvido (por seus professores responsáveis, ou do pelo departamento, ou mesmo pela própria universidade como um todo) ao público, seja esse pensado como sendo constituído prioritariamente pela comunidade acadêmica, seja pela sociedade em geral: tudo dependendo do que se observa na análise de cada caso, dependendo em especial do próprio tamanho e importância institucionalmente reservada ao museu.

Assim, os museus universitários apresentam-se, via de regra, em posição peculiar enquanto locais de produção de conhecimento e testemunhos históricos desta produção, em parte pelo próprio sistema no qual se encontram inseridos. É tal aspecto peculiar que torna estudá-los, bem como estudar PCC&T neles preservado, tão relevante.

Mas em que consiste exatamente o PCC&T? Por ser classificado como patrimônio, sabe-se, conseqüentemente, que está relacionado à ideia de um legado comum compartilhado e sua transmissão.

O conceito de PCC&T adotado é dinâmico, com sua definição aperfeiçoada ao longo da prática da pesquisa. A sua forma mais recente, cunhada em 2017, compreende que:

Constitui-se do legado tangível e intangível relacionado ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade, em todas as áreas do conhecimento, que faz referência às dinâmicas científicas, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, e a memória e ação dos indivíduos em espaços de produção de conhecimento científico. Estes bens, em sua historicidade, podem se transformar e, de forma seletiva, são atribuídos valores, significados e sentidos, possibilitando sua emergência como bens de valor cultural (CARTA DO RIO DE JANEIRO, 2017, p.2).

No entanto, o PCC&T é, muitas vezes, incompreendido e invisibilizado. Para os próprios cientistas, envolvidos em suas atividades de pesquisa, é, por vezes, difícil ver nesses objetos mais do que um valor utilitário, o que significa que a “vida” destes só interessa aos pesquisadores enquanto há um valor de uso direto, seja do todo ou de partes. Quando tal valor cessa de existir, esses objetos podem ser utilizados para fins pedagógicos, descartados ou enviados para museus. O seu destino, para muitos desses profissionais, não tem mais relevância. Como criar, em um universo tão amplo, a consciência da necessidade de sua

preservação? Um primeiro e importante passo são os levantamentos. Não se pode preservar aquilo que não se sabe **se** ou **onde** existe, nem **em que condições** existe.

3 METODOLOGIA, CRITÉRIOS E DA NECESSIDADE DE UM LEVANTAMENTO

As iniciativas dos levantamentos são ações relativamente recentes, e, no Brasil, apenas nos anos 2000 a marginalização do PCC&T levou à idealização e execução do projeto *Valorização do Patrimônio Científico*, que realizou um levantamento de caráter nacional para identificar quais instituições possuíam objetos de C&T que poderiam ser preservados e vir a ser considerados patrimônio. Realizado entre 2010 e 2015, o projeto observou que a maioria dos objetos anteriores ao séc. XX já havia se perdido, e o que restava estava preservado em museus, havendo, ainda, um número imenso de objetos, mais recentes, em situação de abandono, em universidades e institutos de pesquisa (GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014, p.13).

A metodologia do projeto propunha cortes, cronológico - objetos de C&T produzidos até a década de 1960 - e de áreas do conhecimento - as ciências exatas e da terra, e engenharias. Do mesmo modo, era vigente o critério segundo o qual os objetos deviam ter tido relação com a produção de conhecimento e/ou o ensino.

As informações eram coletadas por meio de buscas na internet, e-mails, contatos telefônicos e, principalmente, visitas presenciais, registrando em uma ficha matriz, desenvolvida a partir de modelo português adaptado às especificidades da pesquisa, os locais detentores de grupos de objetos identificados de acordo com quatro tipologias estabelecidas: Instituições de Ensino Superior (IES), Institutos de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica (ICT), Instituições Museológicas (MUS) e Instituições de Ensino Médio (IEM). Realizaram-se, então, um total de 337 registros, dentre as quais 160 MUS, 139 IES, 27 ICT e 11 IEM, observando-se a existência de um número estimado superior a 40.000 objetos.

Ressalte-se que o projeto não previa distinções tipológicas entre museus universitários e outras categorias de museu em geral, sendo todos agrupados dentro da tipologia mais abrangente MUS. Enquanto isso, o grande contingente de objetos existentes nas universidades, registrados nas IES tinha seu alto risco de perda ressaltado, pois, com raras exceções, essas instituições não possuíam à época - e, na maioria dos casos, ainda não possuem - políticas de preservação para o patrimônio cultural. Dentre as exceções notadas então, destacavam-se a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por serem locais nos quais havia ou estavam a ser estruturadas políticas de preservação do patrimônio universitário (GRANATO; SANTOS, 2015, p.88). Talvez não tão ironicamente, todas estas instituições frisadas demonstravam-se detentoras de museus registrados pelo projeto por se encaixarem em seu recorte.

Depurando os dados do projeto *Valorização* de acordo com novo enfoque, percebe-se que haviam sido registrados 49 espaços classificados como museus em instituições de ensino superior, dos quais 45 museus universitários, abrangendo em torno de 17.600 objetos de C&T. Ou seja, percebe-se, hoje, que em torno de 44% do total de objetos estava presente em museus universitários, ressaltando-se a importância destes espaços na salvaguarda do patrimônio. De tal modo, tais dados serviram como ponto de partida para o projeto *Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia e Museus Universitários: pesquisa, análise e caracterização de relações estratégicas*, ainda que lançar-lhes um novo olhar, provido pela distância temporal, revele como o cenário focado foi alterado: sobre alguns dos espaços não foi possível levantar e apurar, até o momento, informações acerca de sua continuidade; em outros, constatou-se que saíram da tutela universitária, e ainda houve casos nos quais se descartou a classificação original, dado que não se caracterizavam como museus nem segundo o critério da autodenominação, tendo sido, por vezes, tal classificação adotada em razão de projetos então em curso para assim constituir-se que não tiveram prosseguimento.

O atual projeto optou por retornar aos dados do *Valorização* por se tratar do primeiro levantamento dedicado a este tipo de patrimônio de caráter nacional no Brasil, e por seguir de perto sua metodologia, utilizando-se do mesmo corte de áreas do conhecimento, ainda que ampliando o temporal para acervos que contenham objetos fabricados até a década de 1980 - inclusive em razão do tempo decorrido desde o projeto precursor, que, com sua passagem, pode significar maior número objetos passíveis de ter caído na obsolescência e sido, assim, musealizados. Entretanto, se o foco do *Valorização* era para os conjuntos de objetos abrigados em diversas instituições, o foco do novo projeto é a própria categoria de instituições que abriga estes objetos: os museus universitários. De tal modo, foi necessário adaptar a ficha de registro para que seus campos contemplassem não apenas informações acerca do acervo de C&T, mas do próprio espaço, suas condições de guarda, segurança e acessibilidade. Do mesmo modo, criou-se, sempre com base no mesmo modelo, ainda outra ficha, relativa às redes de

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

museu universitários, para melhor compreender e delinear como esses espaços se articulam, quais suas deficiências, necessidades e modos de auxiliar-lhes.

Ainda em estágio inicial e tendo já alguma ideia dos espaços a serem consultados graças aos registros disponibilizados na página do UMAC e, obviamente, à consulta às fichas do *Valorização*, havia a necessidade de se estabelecer uma listagem mais abrangente, atual e precisa dos museus universitários brasileiros para se observar quais estariam dentro do recorte. De tal modo, através do Cadastro e-MEC⁵, base de dados oficial dos cursos e instituições de educação superior organizada pelo governo federal, foram mapeadas as universidades existentes no Brasil, tanto particulares, quanto públicas, de tutela de todas as instâncias da administração, da municipal à federal, chegando-se ao total de 201 universidades, excluídos, como demarcado anteriormente, centros universitários e faculdades. A partir desta listagem busca-se realizar o levantamento dos museus universitários e, especificamente, daqueles que possuem acervo no recorte, bem como das redes nas quais, possivelmente, estes espaços podem estar inseridos, registrando-os.

Na impossibilidade de um levantamento extensivo e aprofundado, mas havendo, ainda assim, a necessidade de um levantamento prévio a partir do qual poderia observar-se melhor a localização, concentração e estado dos museus com acervo no recorte, optou-se por iniciar tal empreitada concentrando-se apenas em pesquisas virtuais, realizadas na internet, através de mecanismos de busca. Assim, embora em andamento, de modo que não foram, conseqüentemente, incluídos os dados da região Sul nos resultados aqui apresentados, porque incompletos, o levantamento geral de museus universitários no Brasil está sendo realizado adotando critérios e medidas de modo a buscar minimizar os problemas de confiabilidade, atualidade e validade da informação coletada. De tal maneira, os museus contabilizados têm de ter sido referenciados em algum espaço do sítio institucional da universidade na internet, ou, em se tratando de informação coletada em outro espaço que não a página oficial da instituição ou a ela vinculada, a referência não pode ser mais antiga que 05 anos, período de tempo escolhido por ser anterior ao término do projeto *Valorização*, cujos dados são utilizados como base. Essas medidas são fruto de um esforço para evitar a coleta e o registro de informações por demais ultrapassadas, logo, potencialmente inválidas, com a conseqüente contabilização de espaços extintos. Demais museus cuja referência escapa a esses critérios, mesmo que possivelmente dentro do recorte, podem ser indicados para serem

⁵ Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/> >. Acesso: 16 jul. 2019.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

averiguados em contatos diretos com universidades ou departamentos, porém não são incluídos no quantitativo pela possibilidade de ser mais dinâmica a informação acerca de sua contínua atividade, existência e tutela. De maneira similar, a existência de museus virtuais é assinalada, porém, não contabilizada, por não saber-se se tal espaço corresponde a um local com acervo físico, ponto importante para os objetivos da pesquisa.

4 LEVANTAMENTO, OBSERVAÇÕES E RESULTADOS INICIAIS

Em seu curso, em estágio inicial dos trabalhos no que se refere à região Sul, de modo que, frise-se ainda mais uma vez, seus dados como um todo são devidamente omitidos do corpus apresentado, o levantamento geral de museus universitários brasileiros registrou 309 espaços em território nacional identificados via internet. Compõem este contingente 88 museus assinalados como detentores ou prováveis detentores de acervo dentro dos recortes de área de conhecimento e temporal, de modo a serem, posteriormente, mais profundamente investigados.

É de se frisar que, independentemente de sua adequação ao recorte, não foram contabilizados museus dos quais se tem informações, porém há indicação de que ainda estão em processo de formação e/ou cujo prédio-sede ainda se encontra em construção, como, por exemplo, são os casos do Museu de Ciências e Astronomia do Sertão Paraibano (Universidade Federal de Campina Grande - UFCG), cujo projeto ainda não saiu do papel, do Museu de Ciências Morfológicas (Universidade Federal da Paraíba - UFPB) e do Museu Arqueológico (Universidade Federal de Rondônia - UNIR), cujos edifícios que os abrigarão ainda se encontram em construção. Entende-se que estes espaços ainda não foram devidamente constituídos e dificilmente poderão, no momento atual, responder às indagações da pesquisa. Entretanto, como casos anteriormente expressos na metodologia e nos critérios, todos estes espaços, se não entraram na contagem, foram devidamente assinalados como locais de interesse que devem ser acompanhados, e acerca dos quais maiores informações devem ser colhidas, de modo a julgar a possibilidade de sua futura inclusão ou não.

Apontar espaços que se sabem planejados, mas ainda não estão operantes demonstra o potencial do quantitativo de museus universitários para elevar-se com o tempo, ou mesmo, em hipótese não-excludente, de ser este maior que o número registrado neste momento. Se isto realça a falta de precisão do quantitativo obtido, ressaltando em suas lacunas, inclusive,

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

problemas como a pouca visibilidade dos museus universitários, tal número igualmente evidencia mudanças ocorridas no cenário nacional, e demonstram como mesmo os dados do UMAC e do *Valorização* podem ser datados, incompletos ou mesmo obsoletos.

No Brasil, o UMAC conta com 175 entradas, incluindo, também, coleções. Embora ainda considerando este diferencial excluído na pesquisa, mas restringindo-se apenas aos números das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, as entradas caem para 145. Ou seja, uma diferença de 30 espaços entre o total nacional e o total excluindo a região Sul, e de 164 em relação aos dados obtidos pelo projeto até o momento. A passagem do tempo desde as entradas na base explica, ao menos em parte, a divergência, bem como, de forma ainda mais importante, o fato do registro não ser feito a partir de um levantamento externo, mas ter de contar com um cadastramento. Mesmo considerando tais pontos, o confronto entre ambos os números demonstra, ainda assim, como a maioria dos espaços e suas coleções está fora da visibilidade da base de dados oficial de museus universitários mundial.

Por sua vez, a comparação dos dados com aqueles do projeto *Valorização* não deve ser feita com o total de instituições observado, mas de acordo com o total de instituições que estariam dentro do recorte, resultando em uma diferença de 43 entradas a mais no total de museus assinalados agora em relação aos 45 levantados em escopo nacional pelo *Valorização*. Na verdade, de maneira ainda mais precisa, uma diferença que sobe para 52 museus, por, assim, trabalhar-se, em ambos os casos, com a exclusão dos dados da região Sul. Mais uma vez, essa discrepância encontra fatores explicativos para além do próprio tempo decorrido entre os projetos. Muitos espaços apontados como estando dentro do recorte podem vir a ser descartados uma vez averiguada a sua não conformidade com o mesmo, tal qual ocorreu com o próprio *Valorização*. Porém, a expansão do recorte temporal e o próprio tempo decorrido desde o levantamento anterior obrigam revisitar locais previamente descartados por haver indícios de conterem acervo dentro dos recortes. O foco diverso e mais específico do novo projeto é, em si, outro diferencial, pois a restrição aos museus universitários ajuda, ao operar em nova escala, a enxergar minúcias que podem ter passado em branco em uma escala maior, na qual havia a preocupação com muito mais espaços a serem conferidos e, conseqüentemente, não se dispunha de tanto tempo para se aprofundar em casos e uma tipologia específica, que, ademais sequer era vista como tal à época.

Não obstante, se não havia uma preocupação particular com esta categoria de análise, isso não quer dizer que, mesmo de forma não delineada, ela não estivesse presente. A

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

contraposição do levantamento atual com os dados antigos do *Valorização* revela dinâmicas características a que estão sujeitas estes espaços, de modo que os dados anteriores servem não apenas como ponto de partida, mas como forma de acompanhar a trajetória dos espaços. Um exemplo elucidativo dos diversos processos e percalços a que estão sujeitos esses museus pode ser observado na trajetória do Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia, originalmente vinculado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e assim registrado pelo projeto *Valorização*. O levantamento atual, entretanto, não o contabiliza, pois o espaço foi transferido, ainda em 2013, para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado, com projeto de reabilitá-lo e revitalizá-lo que não veio a se concretizar. De tal maneira, passados os anos, hoje em dia, tanto a Universidade Católica de Salvador (UCSAL) quanto o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IF Baiano) já externaram a disposição de assumir a gestão do espaço, embora qualquer passo nesse sentido não tenha sido dado (VASCONCELOS, 2018). De qualquer forma, percebe-se aí um tortuoso trajeto no qual um museu universitário deixa de o ser, sem qualquer ganho ou visibilidade extra, ainda que esta seja a intenção, e passa a ter no retorno à estrutura universitária uma possibilidade de sua continuidade e real revitalização.

Se os museus estão longe do foco imediato das atenções universitárias - e a literatura abunda na tipificação dos problemas enfrentados pelos museus dentro da estrutura universitária, na qual são preteridos e esquecidos em prol de atividades mais bem vistas dentro do campo científico (RIBEIRO, 2013; MEIRELLES, 2015) -, a universidade ainda revela importante papel em acolher instrumentos de cultura e pesquisa. Tal ponto põe, todavia, mais uma questão: as universidades assumirem museus os faz se transformem em museus da universidade, apenas os faz figurar como museus na universidade. Ou seja, muitas vezes, formaliza-se um vínculo administrativo que subordina o museu à estrutura universitária, porém a instituição permanece sem integrar as funções científico-documentais, educacionais e culturais da universidade com a marca da ação museal (MENESES, 2000, p. 33).

Acolher e manter administrativamente tampouco significa dar visibilidade. A literatura refere-se recorrentemente ao desconhecimento dos museus universitários, porém seu levantamento pela internet traz incômodo empirismo à questão. Tania Chalub e Valéria Gauz (2013) já apontavam como a maioria dos sites das universidades, ao menos na região sudeste, não torna satisfatoriamente visíveis seus museus nestes espaços. O atual levantamento, apesar do grande quantitativo de museus encontrado, reafirma essa constatação: não apenas sabe-se que há casos em que os museus não estão presentes nos sites das universidades,

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

como é ainda comum que, em estando, a informação acerca deles não seja de claro ou imediato acesso, escondida em menções em listagens de projetos de extensão, sites dos departamentos com contatos de responsáveis acerca de certas salas, ou, ainda mais obscura e corriqueiramente, visível apenas em referências recuperadas a partir de antigas notícias institucionais de eventos e atividades específicas, sem qualquer espaço nesses sítios dedicado especificamente a informações acerca desses locais em si.

Obviamente, tal realidade afeta, dentro do que é possível produzir no momento, os resultados obtidos, persistindo sempre o questionamento se não há ainda mais espaços invisíveis e o quanto as informações recuperadas são atuais. Entretanto, pela própria proposta de ser um levantamento prévio feito pela internet, tal situação não chega a desqualificar os dados obtidos, mas serve para ressaltar e demonstrar uma realidade na qual dados precisos são de difícil acesso. Tê-la como objeto de pesquisa não apenas significa evidenciar as lacunas dos sites oficiais, mas buscar contorná-las através de toda a fonte de informação possível, agindo de forma etnográfica ao observar e trabalhar com a realidade dentro dos limites que ela mesma impõe. Situação que, conseqüentemente, faz questionar o quanto é possível utilizar acriticamente quantitativos provenientes de outros trabalhos, se cada amostragem pode trazer diferentes números: em qual delas, e.g., escolher se basear? A prática da pesquisa, a realidade estudada e os resultados obtidos suscitam mesmo a questão de como firmar bases de análise e comparação dentro do rigor científico e acadêmico, uma vez que o que se observa foge a eles. É apenas através da sistematização do que é levantado e da exposição das dificuldades, possíveis deficiências e lacunas que necessitam ser preenchidas que se torna possível ostentar maior rigor, admitindo os dados não absolutos, mas reflexos de um quadro que assim se delinea a partir de um meio de busca específico eleito. Somente a reflexão acerca dos pontos apontados possibilita entender a dinâmica do objeto em seu contexto, sem a qual a devida atenção não há como se avançar mais profundamente nos estudos e em sua transformação.

Um dos exemplos mais emblemáticos dessas questões em ação pode ser extraído do caso de uma das universidades com um dos maiores quantitativos de museus registrados e, até o momento, o maior número de museus detentores de acervo possivelmente dentro do recorte identificado (09 espaços ao que foi possível apontar), a USP. Ainda que o levantamento tenha sido capaz de mapear o elevado número de 27 espaços que são museus

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

universitários, o site da instituição, na seção “Centros e museus”⁶, relata a existência de apenas 16, ainda que informações sobre outros tenha sido retirada de páginas da própria universidade, como a Centro de Preservação Cultural⁷, ou seja, são espaços e acervos invisibilizados pela própria instituição.

Não é a primeira vez que o número efetivo de museus na USP é alvo de controvérsia. A notável discrepância entre o número de museus em uma mesma universidade registrados em diferentes trabalhos fora apontada por Roberta Smania Marques e Rejâne Maria Lira da Silva, ao compararem seu trabalho com o de Adriana Mortara Almeida e constatarem que apontavam a existência de apenas 17 museus na USP, ao passo que a outra autora tinha sido capaz de mapear o impressionante número de 35 (MARQUES; SILVA, 2011, p. 65). Ou seja, temos aqui, a princípio, quatro níveis de informações diversos acerca do mesmo objeto: o obtido no levantamento, a da página oficial dos museus da universidade, a do trabalho de Mortara e a do trabalho de Marques e Silva. Cada qual oferece um dado diferente.

Para complexificar a situação, coteje-se as informações com dados do *Valorização* e do UMAC. Se o atual estudo identifica 09 museus que possivelmente detêm acervo dentro do recorte, o *Valorização* registrou 07⁸. Já o UMAC apresenta 25 entradas para museus e coleções da Universidade, 02 dentro da classificação “Universidade de São Paulo” e 23 em “University of São Paulo”. Deste total, excluem-se 05 entradas que são coleções ou espaços que não se enquadram como museus, dentre os quais há de se alertar que o Laboratório de Demonstração do Instituto de Física vem a ser listado e contabilizado duas vezes, em duas entradas diversas, mas repetidas⁹, de modo que a base traz, na realidade, informações acerca de um total de 20 museus.

Destes 20, sobre alguns não se encontrou informações ou havia mudanças importantes, para além do caso do Museu do Crime, que é de tutela da Polícia do Estado de São Paulo, não sendo encontrado qualquer vínculo do mesmo com a Universidade para além de situar-se dentro do campus universitário. Embora seja necessário averiguar com maior

⁶ Disponível em: <<https://www5.usp.br/extensao/museus/>>. Acesso: 23 jul. 2019.

⁷ Disponíveis em: <<https://biton.uspnet.usp.br/cpc/>>. Acesso: 23 jul. 2019.

⁸ É interessante notar que do quantitativo do *Valorização*, um dos museus anteriormente registrados não pode ter seus dados aproveitados e teve de ser descartado, por não poder ser identificado. O Museu Técnico do Laboratório de Topografia e Geodésia - LTG fora registrado de modo a incluir mesmo referência a um Museu Virtual, porém o site indicado não é encontrado e nenhuma informação acerca do espaço (físico e/ou virtual) foi possível de ser encontrada na web para além de próprios trabalhos do projeto (GRANATO, 2009, p.95).

⁹ Disponível em: <<http://university-museums-and-collections.net/sao-paulo/demonstration-lab-of-the-physics-institute>> e <<http://university-museums-and-collections.net/sao-paulo/demonstration-lab-physics-institute>>. Acesso: 24 jul. 2019.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

precisão junto às instituições, sabe-se, então, que alguns espaços mudaram de nome, desconfia-se que outros foram encerrados e incorporados ou anexados a outros museus da Universidade, ou ainda não se descarta a hipótese que outros tenham sido extintos. De tal modo, apenas 17 dos museus registrados correspondem a entradas no UMAC, reforçando a obsolescência dos dados, que não são atualizados, e a invisibilidade desses espaços, que não podem ter sua trajetória precisamente acompanhada por falta de informações.

O cruzamento destes dados reforça pontos importantes. Em primeiro lugar, o quanto a internet é subutilizada para dar visibilidade para os museus universitários, de modo que são pouco ou mesmo nada mencionados mesmo em páginas institucionais, corroborando para que muitos permaneçam invisíveis fora do meio universitário, quiçá dos próprios departamentos. Ademais, a falta de uma alimentação contínua dos espaços virtuais com informações acerca desses museus faz com que muito do que se pode recuperar, mesmo se oriundo de fontes confiáveis, acabe tendo de ser questionado e já encarado *a priori* como datado, necessitando, novamente, de um respaldo institucional, que poucas vezes é dado.

A por vezes conflituosa relação entre museu e universidade está entre os fatores que impelem a reprodução deste quadro, ainda que, como aponta Cristina Bruno, existam “caminhos para que as experimentações museais universitárias possam colaborar, efetivamente, para o desenvolvimento das universidades”: a questão é que estes dependem precisamente das mesmas não serem “encaradas ou avaliadas como experiências de segunda categoria” (BRUNO, 1997, p. 49). Curiosamente, o exemplo que escolhe para iluminar tal via é precisamente oriundo da USP, destacando a experiência do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE). Acontece que, em meio aos museus de tutela da universidade, o MAE se apresenta como parte de um grupo seletivo, estando entre os museus estatutários¹⁰. Isto significa que possui autonomia administrativa, com liberdade de pesquisa, cultura e integração asseguradas, sendo equiparado às unidades de ensino, ao contrário dos demais espaços que permanecem a elas associados, como revela Mônica Junqueira Camargo (2017, p. 92).

Embora certamente possíveis modelos a serem seguidos, se esse grupo de museus não pode ser tomado como parâmetro de análise nem mesmo para todos os museus da USP, que dirá do Brasil como um todo? Isto levando em conta a importância do quantitativo de museus levantado na Instituição, que, não importando o parâmetro ou fonte adotada, é sempre

¹⁰ A saber: o Museu Paulista, do qual fazem parte o Museu do Ipiranga e o Museu Republicano de Itu; o MAE; o Museu de Zoologia, e o Museu de Arte Contemporânea.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

elevado, sendo interessante ressaltar no quadro que, independentemente da referência do total, os museus que autônomos permanecem em discrepante minoria.

O grande quantitativo de espaços na USP é fator que marcadamente contribui para que São Paulo se apresente como estado com maior número de museus universitários levantado, tanto de acordo com o levantamento no momento realizado, com 69 museus localizados, como de acordo com os dados do UMAC, nos quais o estado conta com 46 entradas, entre museus universitários e outras coleções (07), para além de outros de tutela de outras instituições de ensino superior que não universidades (04), de modo que são 35 dedicadas a museus universitários exclusivamente, e mesmo com o *Valorização*, que registrou 09 museus dentro do recorte. Em um estado com 36 universidades, a USP sozinha detém algo em torno de 40% dos museus universitários do perímetro, de acordo com os dados recém-levantados, 57%, de acordo com o UMAC e 77% de acordo com o *Valorização* e seu recorte.

Com menos universidades, de acordo com o Cadastro e-MEC, 22, Minas Gerais segue de perto São Paulo em segundo lugar tanto no número geral de entradas no UMAC, 35, quanto no número de museus universitários levantado pelo projeto, 64. Ressalte-se como, em Minas, encontra-se elevado número de museus em diversas universidades e como iniciativas tais quais a Rede de Museus da UFMG¹¹ ajudam na publicização, visibilidade e recuperação de informação acerca destes espaços, ao menos no que tange a pesquisa *on-line*.

No que tange o projeto *Valorização*, por sua vez, o estado de Minas empata com o do Rio de Janeiro no posto daquele com segundo maior número de instituições dentro do recorte registradas, ambos contando com 07 entradas cada. No caso do Rio, é interessante observar que 06 destas são de tutela da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em seu todo, tais dados revelam grande concentração de museus universitários na região Sudeste, o que, se não quer dizer que sejam inexistentes nas demais regiões, aponta e reforça os traços de uma discrepância histórica de esforços e investimentos em educação, cultura e pesquisa na região. Ao todo, na região Sudeste o projeto mapeou, pela internet, 167 museus universitários, quase o dobro do número de museus encontrado na região Nordeste, 87, que o segue como segundo lugar dentro dos números recuperados. Centro Oeste, com 35 museus universitários, e Norte, com 20, seguem as cifras dessa incompleta divisão por região.

Note-se que dentro de tal quantitativo o número de museus que possivelmente se enquadram no recorte proposto é bastante inferior. No Sudeste, apenas 44 estão neste grupo,

¹¹ Disponível em: <<https://www.ufmg.br/rededemuseus/>>. Acesso: 25 jul. 2019.

23 no Nordeste, 14 no Centro Oeste e 07 no Norte. É de se destacar como a diferença entre o número de museus com acervo passível de se enquadrar no recorte diminui menos em relação ao total de sua respectiva região nas demais do que na região Sudeste, de modo que, pode-se supor que museus que abrigam tais tipologias podem vir a ser mais comuns fora da região Sudeste do que na própria. Ao menos é o que os dados parciais parecem indicar.

5 INQUIETAÇÕES FINAIS

Tal quadro suscita uma série de questões: por que, tendo em vista os quantitativos desses espaços, será que as áreas de conhecimento do recorte são representadas por número de museus tão menor em relação ao total? Teriam os museus funções mais importantes de ensino e pesquisa em outras áreas? A pesquisa nas áreas do recorte lega menos vestígio material? Ou seria apenas falta de consciência em relação a este tipo de patrimônio? Se isto, como conseguir ampliá-la? Como fazer estas áreas e a própria universidade entenderem o museu como espaço privilegiado, que não apenas preserva uma memória e é capaz de ser usado didaticamente, mas local que atua diretamente na produção de conhecimento?

Novamente, as questões suscitadas fogem ao escopo imediato da pesquisa e servem de fomento a outras. Porém, relacionam-se às perguntas que abrem o texto ao apontarem a necessidade de entender o museu universitário não apenas como um espaço expositivo, didático, interativo ou mesmo de entretenimento, mas como um espaço com potencial que é superior àquele que lhe é corriqueiramente reservado, necessitando ser reconhecido, entendido e tratado como um museu em sua forma mais completa dentro da concepção vigente exposta. Tais locais, por sua própria inserção na lógica universitária, são essenciais para a manutenção do tripé ensino-pesquisa-extensão, pedra basilar da universidade brasileira, de acordo com a legislação, não apenas pela capacidade única e de inestimável valor que têm na preservação de uma memória do conhecimento científico, mas na ativa contribuição para a construção do mesmo.

Porém, o estado atual de muitos desses museus, invisibilizados, tal qual o patrimônio que abrigam, faz com que reste a questão: se sua condição permanece tão frágil, o que pode ser feito para que eles possam ter condições mínimas de subsistência; para que consigam preservar o patrimônio que detêm e que é continuamente produzido pelas universidades? Certamente, para que qualquer ação possa ser tomada, é preciso ter consciência da existência

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

desses espaços - e que eles mesmos tenham consciência de sua importância. Um levantamento, tal qual o que vem sendo realizado, mesmo com as severas limitações expostas ao longo do texto e de sua própria natureza - do meio utilizado a seus objetivos -, pode auxiliar no processo de lhes prover maior visibilidade. No entanto, para que a mesma seja, de fato, alcançada, estes museus e as universidades nas quais estão inseridos têm, da mesma forma, de conscientizar-se da importância de sua exposição nas plataformas *on-line*, bem como do registro em bases (internacionais) como UMAC - com a atualização periódica dos dados. De outro modo, mais do que apenas ser regido por uma lógica acadêmica, o museu universitário dificilmente se abrirá para além da própria universidade que o abriga - um contrassenso em relação à própria necessidade da publicização e debate do conhecimento que rege as regras do campo acadêmico e científico às quais, pelo lugar singular que ocupam, estão sujeitos.

Mapear e chamar a atenção para esta realidade é um primeiro passo, em andamento, ainda que de forma limitada. Entretanto, pensar em formas de atuar sobre ela é a única maneira capaz de possibilitar que, no futuro, encontre-se uma realidade diversa - e é por esse caminho que a pesquisa deve trilhar: observando, entendendo e apontando realidades e dinâmicas, indicando pátios a serem trilhados; auxiliando na construção de um futuro a partir da preservação de seu passado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana Mortara. Os públicos de museu universitário. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, v. 12, 2002, p. 205-217.

BRASIL. **Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Brasília, 09 mai. 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, 14 jan. 2009.

BRUNO, Cristina. A indissolubilidade da pesquisa, ensino e extensão nos museus universitários. **Cadernos de Sociomuseologia** v. 10, n. 10, p. 47-51, 1997.

CAMARGO, Monica Junqueira de. In: GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo de (org.). **Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia**: Instituições, trajetórias e valores. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017. p.83-109.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

CARTA DO RIO DE JANEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2017.

Disponível em:

<<http://site.mast.br/Carta%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20sobre%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20da%20Ci%C3%A7ncia%20e%20Tecnologia.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

CHALUB, Tania; GAUZ, Valéria. Museus nos portais das universidades públicas: Navegando pelo sudeste brasileiro. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 14, 2013, Santa Catarina. **Anais Eletrônico...** Santa Catarina: UFSC, 2013. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4599/3722>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

GRANATO, Marcus. Tecnologia no Brasil: Objetos de C&T. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (org.) **Cultura material e patrimônio da ciência tecnologia**. Rio de Janeiro: MAST, 2009, p. 78-103.

GRANATO, Marcus; MAIA, Elias da Silva; SANTOS, Fernanda Pires. Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: Descobrimos conjuntos de objetos de C&T pelo Brasil. **Anais do Museu Paulista**, v.22, n.2, p. 11-34, jul.-dez. 2014.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Fernanda Pires. Os museus e a salvaguarda do patrimônio cultural de ciência e tecnologia no Brasil. In: GRANATO, Marcus (Ed.). **Museologia e Patrimônio**. Coleção MAST: 30 anos de pesquisa, vol. 1, Rio de Janeiro: MAST, 2015. p. 78-119.

ICOM/BR. **Código de Ética do ICOM para Museus**: versão Lusófona. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

LOURENÇO, Marta C. **Between two worlds**: The distinct nature and contemporary significance of university museums and collections in Europe. 2005. 406 p. Tese (Doutorado). Epistemology & History of Technology, Conservatoire National des Arts et Métiers, 2005.

LOUVAIN, Pedro. **Preservação do Patrimônio Cultural Científico e Tecnológico Brasileiro**: identificação, análise, avaliação e estudo de bens tombados. 2015. 230p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, 2015.

MARQUES, Roberta Smania; SILVA, Rejane Maria Lira da. O Reflexo das políticas universitárias na imagem dos museus universitários: o caso dos museus da UFBA. **Museologia e Patrimônio**, v. 4, n. 1, p. 63-84, 2011.

MEIRELLES, Lídia Maria. **Museus universitários e políticas públicas**: gestão, experiências e dilemas na Universidade Federal de Uberlândia, 1986-2010. 2015. 314p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O museu e o problema do conhecimento. In: SEMINÁRIO SOBRE MUSEUS-CASAS: PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO, 4, 2002, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2000, p. 17-39.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Entrevista: Para que serve um museu. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 19, abr. p. 46-51, 2006.

MOTA, Paulo G. How to organize university collections? The example of the University of Coimbra. In: TALAS, Sofia; LOURENÇO, Marta C. (org.). **Arranging and rearranging**: Planning university heritage for the future. Padova: Padova University Press, 2012, p. 37-45.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Museus em universidades públicas: Entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. **Museologia & Interdisciplinaridade** vol. 2, n. 4, p. 88-102, maio/junho 2013. SOFKA, Vinos. A pesquisa no museu e sobre o museu. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, vol. II, n. 1, p. 79-84, jan/jun 2009.

VASCONCELOS, Levi. Ucsal e IF Baiano querem o Museu da Tecnologia. **bahia.ba**, 02 de abril de 2018. Disponível em: <<http://bahia.ba/politica/ucsal-e-if-baiano-querem-o-museu-da-tecnologia/>>. Acesso: 08 mai. 2019.